

ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA E RELATÓRIOS FINAIS: UMA ANÁLISE DA ESTRUTURA E DAS PRINCIPAIS FASES DA EXECUÇÃO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS

Henrique Rosmaninho Alves
Instituto Minas de Educação e Cultura
Escola Superior Dom Helder Câmara
Brasil

RESUMO

Analisa a estrutura dos projetos de pesquisa e relatórios finais e as principais fases de execução da pesquisa científica. Trata-se de uma revisão de literatura na qual se aborda o atual estágio de conhecimento dos principais aspectos da metodologia de pesquisa científica no País, inclusive os estabelecidos nas regras editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas. Adota-se como marco teórico a concepção de Michel (2009) e Gustin e Dias (2014) acerca da estrutura dos textos científicos. Conclui-se pela imprescindibilidade da coesão entre os elementos do projeto de pesquisa para a adequada execução da investigação e consequente produção do conhecimento científico pretendido.

Palavras-Chave: Metodologia; Projeto de Pesquisa; Relatório de Pesquisa; Pesquisa Científica.

DEVELOPMENT OF RESEARCH PROJECTS AND FINAL REPORTS: AN ANALYSIS OF THE STRUCTURE AND THE MAIN PHASES OF ELABORATION OF SCIENTIFIC RESEARCHES

ABSTRACT

Analyze the structure of research projects and final reports and the main phases of scientific research elaboration. It is a literature review that analyzes the current stage of knowledge of the main aspects of the methodology of scientific research in the country, including those established in the rules published by the *Associação Brasileira de Normas Técnicas* [Brazilian Association of Technical Standards].

Taking as a theoretical framework the conception of Michel (2009), Gustin and Dias (2014) about the structure of scientific papers. Concludes that the cohesion between the elements of the research project is essential for the proper execution of the research and production of the scientific knowledge intended.

Keywords: Methodology; Research Project; Research Report; Scientific Research.

1 INTRODUÇÃO

Trata-se de uma revisão de literatura acerca da estrutura dos projetos de pesquisa e relatórios finais, bem como das fases de execução da pesquisa científica com suas respectivas peculiaridades.

A ausência de ênfase das faculdades ao ensino dos temas aqui abordados justifica a necessidade deste estudo, que postula transmitir a alunos e pesquisadores informações que possam auxiliá-los a superar as dificuldades decorrentes do desleixo das instituições de ensino em sua abordagem.

Fez-se uma análise acerca da relevância da coesão entre os elementos do projeto de pesquisa para a sua adequada execução e consequente produção do conhecimento científico almejado.

Trata-se de um estudo voltado principalmente a pesquisadores iniciantes e que busca possibilitar aos leitores conhecimentos que facilitem a realização de suas primeiras pesquisas científicas.

2 FASES DE UM TRABALHO ACADÊMICO

A elaboração de um trabalho acadêmico ordinariamente na sistemática educacional do ensino superior e de pós-graduação no Brasil é um ponto crucial e derradeiro na grade e constitui-se requisito *sine qua non* para a aprovação no curso e consequente obtenção do título respectivo.

Trata-se de um momento peculiar na preparação acadêmica dos alunos, no qual passam de meros observadores e compiladores de conhecimento e tornam-se pesquisadores e produtores de um conhecimento mais ou menos inovador, a depender da modalidade do curso (técnico, graduação, pós-graduação) que estejam inseridos.

Ocorre que para a realização deste trabalho acadêmico, seja uma monografia, dissertação ou tese é necessária uma prévia preparação teórica dos alunos corriqueiramente efetuada através da disciplina 'Metodologia de Pesquisa Científica'.

Nesta disciplina são apresentados aos estudantes as características dos diversos tipos de conhecimento, as peculiaridades do conhecimento científico, alguns aspectos teóricos referentes a metodologia de pesquisa científica, bem como as regras de normalização estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e, por vezes, quando existentes, pela própria instituição de ensino (Manual de Normalização da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), por exemplo).

Não obstante esta etapa é preliminar (anterior) à realização do trabalho acadêmico e podemos classificá-la como uma fase extrínseca (preliminar) ao procedimento específico de realização do mesmo. Ressalte-se inclusive ser comum esta disciplina ser ofertada nos períodos iniciais dos cursos (não raras vezes no primeiro período) e o trabalho acadêmico somente ser executado e apresentado nos períodos finais, o que gera um considerável lapso de tempo entre estas etapas.

A realização propriamente dita do trabalho acadêmico divide-se em três fases bem definidas, pode-se classificá-las como fases intrínsecas do trabalho acadêmico, sendo elas a elaboração do projeto de pesquisa; a execução do projeto de pesquisa e a redação de seu relatório final; e a apresentação, em sessão pública ou não, do trabalho concluído.

Abordar-se-á mais adiante especificamente as peculiaridades de cada uma dessas fases intrínsecas do trabalho acadêmico, por questões didáticas, no intuito de facilitar a compreensão do leitor acerca de seu conteúdo e da necessária coesão entre elas.

2.1 Elaboração do Projeto de Pesquisa

O projeto de pesquisa é o roteiro do pesquisador referente à pesquisa, nele se estabelece as nuances do trabalho, como as metas a serem alcançadas, a questão a ser resolvida, as hipóteses a serem testadas, os métodos a serem utilizados na resolução da questão bem como determina-se o grau de relevância acadêmica e social da investigação.

Trata-se do momento em que são eleitos os elementos-chave da pesquisa científica, os quais serão resolvidos na fase de execução do projeto, quando da realização da pesquisa propriamente dita.

Cumprе salientar que o projeto de pesquisa possui elementos obrigatórios e facultativos, os quais serão expostos individualmente a seguir, por questões didáticas.

2.1.1 Elementos Obrigatórios do Projeto de Pesquisa

Os elementos obrigatórios do projeto de pesquisa são aqueles imprescindíveis a todo e qualquer projeto de pesquisa. Caracterizam-se por serem estruturalmente mais relevantes para a produção do conhecimento, sendo praticamente impossível produzir um conhecimento sistemático e metódico sem a sua existência.

São elementos obrigatórios dos projetos de pesquisa o problema, a(s)

hipótese(s), os objetivos gerais e específicos, a justificativa e a metodologia.

A seguir versar-se-á especificamente sobre cada um deles.

2.1.1.1 *Problema*

O problema é a questão suscitada pelo pesquisador a ser resolvida pela pesquisa.

Só se pesquisa quando há uma questão sobre a qual incida dúvida, afinal caso não haja dúvida não será necessário pesquisar, basta responder.

O problema, portanto, é sempre uma dúvida, a qual deve conter alguns atributos essenciais como relevância social ou acadêmica, contemporaneidade e inexistência de conhecimento pacífico e sedimentado acerca de sua resolução.

Embora seja sugerível que o problema conste no projeto de pesquisa como uma interrogação, pois isso facilita a exata compreensão de seu conteúdo e limites pelo leitor, é possível que o mesmo seja transcrito de modo diverso, devendo, no entanto, demonstrar claramente o objeto de dúvida e os limites a que a investigação irá se adstringir.

2.1.1.2 *Hipótese*

Hipótese é o elemento do projeto em que o pesquisador expõe qual ele imagina ser a solução do problema proposto antes de iniciar a execução da investigação.

Trata-se da resposta apontada preliminarmente como a mais provável para ser a solução do problema.

Em virtude da complexidade do problema formulado, é possível que um projeto de pesquisa contenha uma multiplicidade de hipóteses as quais poderão ser confirmadas, rechaçadas ou parcialmente confirmadas/rechaçadas ao final da pesquisa.

Cumprir salientar que não é necessário, nem sequer indicável que a hipótese apresentada seja confirmada posteriormente, visto que o pesquisador durante a investigação deve ser livre para concluir pela resposta resultante de

aplicação dos métodos de pesquisa indicados, não tendo que direcionar sua pesquisa a um resultado pré-estabelecido.

2.1.1.3 *Objetivo Geral*

Todas as pesquisas científicas têm, obrigatoriamente, duas espécies de objetivos, uma mais abrangente e outra mais delimitada. O tipo de objetivo mais abrangente é o objetivo geral que, conforme evidenciam Gustin e Dias (2014, p.52), refere-se “[...] ao produto da pesquisa que se deseja obter”.

O objetivo geral em suma é resolver o problema da pesquisa. Trata-se da meta central do trabalho acadêmico e por isso, geralmente possui maior abrangência, pois envolve a resolução de uma situação complexa.

Cumprir salientar que o objetivo geral é uma meta, no caso a meta principal do trabalho, e deve vir redigido com verbo no infinitivo.

2.1.1.4 *Objetivos Específicos*

Os objetivos específicos são aqueles que se destinam a auxiliar a produção do conhecimento necessário para possibilitar a resolução do problema e conseqüentemente o alcance do objetivo geral.

São metas adjacentes que visam contextualizar o problema na sociedade e na área de estudo, e incluir no trabalho dados específicos capazes de, no caso de serem analisados conjuntamente, possibilitarem conclusões contundentes acerca do problema proposto.

Gustin e Dias (2014, p.53) destacam a natureza operacional dos objetivos específicos, ressaltando que “[...] eles se referem às operações que deverão ser realizadas durante a pesquisa para que, ao final de seu cumprimento, chegue-se ao produto pretendido, atingindo o objetivo geral”.

Há que se destacar que objetivos são sempre metas, razão pela qual devem ser redigidos com o verbo no infinitivo. Os objetivos específicos, ao contrário do objetivo geral que será sempre único, são

múltiplos e devem preferencialmente vir descritos em tópicos, como, por exemplo:

- Identificar as espécies de desastres naturais que mais causam danos patrimoniais e extrapatrimoniais no Brasil;
- Constatar quais as espécies de desastres naturais mais recorrentes no território nacional;
- Verificar a quantidade de desabrigados e desalojados anualmente no Brasil em função de desastres naturais;
- Descobrir em qual época do ano mais ocorrem desastres naturais no Brasil;
- Averiguar quais as regiões mais afetadas por desastres naturais no Brasil.

2.1.1.5 Justificativa

A justificativa é o elemento do projeto no qual o investigador demonstrará a relevância de sua pesquisa para a sociedade e sua área de estudo.

Neste tópico o pesquisador deve apontar quais serão os possíveis benefícios advindos da resolução do problema escolhido, destacando efeitos práticos que os conhecimentos produzidos com sua investigação poderão acarretar.

O problema não necessariamente precisa resultar na elaboração de uma tese inovadora, tal fato só é indispensável nos casos de doutoramento. Não obstante a relevância do tema é imprescindível para qualquer tipo de trabalho acadêmico, devendo o mesmo ser contemporâneo e não possuir entendimento já pacificado pelos profissionais da respectiva área de estudo.

Algumas características são essenciais para que o problema seja relevante e devem ser ressaltadas na justificativa, como a contemporaneidade do tema; o seu eventual ineditismo; a existência de dúvida considerável acerca do tema; a potencialidade de sua resolução causar efeitos econômicos e sociais de grande impacto, entre outros.

2.1.1.6 Metodologia

Michel (2009, p.135) explica que se entende por metodologia “[...] uma forma organizada e planejada, segundo critérios previamente traçados, para se atingir um propósito, alcançar uma solução, resolver um problema”.

A metodologia é o elemento do projeto de pesquisa em que o autor indica quais são as técnicas que ele utilizará para abordar o objeto da pesquisa e resolver o problema proposto.

Nesse momento se menciona qual a grande vertente teórico-metodológica adotada (jurídico-sociológica, jurídico-dogmática etc.), quais os procedimentos de coleta (experimental, estudo de caso, pesquisa bibliográfica etc.) e as fontes de informação (de campo, de laboratório, teórica), qual é a natureza da pesquisa (básica, aplicada etc.), o seu objetivo (explicativa, descritiva, exploratória etc.), a abordagem do problema (qualitativa ou quantitativa) e a espécie de raciocínio (dedutivo, indutivo, dialético) empregada para a resolução do problema.

Conforme Michel (2009), num trabalho acadêmico a metodologia será definida em função do tema, problema e objetivos traçados, sendo necessário que o autor justifique o porquê da escolha dos métodos, técnicas e tipos de pesquisa adotados.

A metodologia indicada no projeto de pesquisa por vezes sofrerá algumas alterações durante a execução do projeto. Tal fato as vezes se mostra necessário diante de circunstâncias ocorridas durante a pesquisa que exigem uma adaptação da metodologia.

Caso ocorram alterações essas devem ser mencionadas no relatório final, especificando quais foram as circunstâncias ensejadoras de tais alterações e o motivo dessas se tornarem necessárias para se alcançar o resultado.

2.1.2 Elementos Facultativos do Projeto de Pesquisa

Os elementos opcionais do projeto de pesquisa serão necessários apenas em casos específicos, quando houver

financiamento, prazo de conclusão do trabalho ou decorrer de exigência constante em edital a que deva se submeter.

2.1.2.1 Recursos (Proposta Orçamentária)

A realização de um orçamento dos custos estimados com a execução da pesquisa é realizada no elemento recursos. Ocorre que este elemento tem natureza facultativa, pois não são todos os trabalhos acadêmicos que são oriundos de editais e possuem investimento de instituições de fomento à pesquisa como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), entre outras.

O elemento recursos somente é indispensável nos casos em que há fomento externo e por isso, necessidade de se realizar prestação de contas ao final da investigação. Neste tópico o pesquisador identificará pormenorizadamente os valores que serão investidos, rubrica por rubrica, apontando ao final a estimativa total de gastos, a qual deve estar dentro do limite máximo de fomento do edital que postula participar, obviamente, para que a banca julgadora analise a pertinência do orçamento e elabore seu parecer.

É importante salientar que algumas instituições de fomento têm valores pré-estabelecidos para algumas rubricas, como, por exemplo, a FAPEMIG que estabelece valores padronizados para diária de viagem (FAPEMIG, 2017).

2.1.2.2 Cronograma

O cronograma é o elemento do projeto no qual o pesquisador elenca, em ordem cronológica adequada, as atividades que serão executadas ao longo do período previsto para a realização da pesquisa.

Gustin e Dias ao dissertar sobre o cronograma ensinam:

O cronograma físico deve ser precedido por um relato da

execução do trabalho e de suas fases. Trata-se da apresentação gráfica das fases do trabalho e do desenvolvimento da pesquisa, com maiores detalhes. Nesse sentido ele deve conter todas as informações necessárias para a explicitação do plano que o pesquisador deseja seguir: as grandes etapas a serem cumpridas durante o estudo e o tempo (geralmente em meses) que será dedicado a cada etapa, além de eventos significativos a serem cumpridos durante o desenvolvimento da investigação (GUSTIN; DIAS, 2014, p.96).

Não é um elemento obrigatório para todos os trabalhos acadêmicos, pois alguns cursos não delimitam o período máximo para a execução e apresentação da investigação.

Vejam, por exemplo, que alguns trabalhos de conclusão de cursos técnicos ou pós-graduações lato senso não precisam necessariamente ser realizados em um semestre, razão pela qual não é necessário formular um cronograma no projeto de pesquisa a ser apresentado na disciplina correspondente.

Não obstante, nos casos em que há previsão de limite máximo para apresentação da pesquisa, como nos casos de monografias de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado, será necessário que se apresente o cronograma, a fim do professor orientador analisar a sua plausibilidade e eventualmente fazer alguma correção para tornar o trabalho factível tempestivamente.

2.2 Execução da Investigação

A execução da investigação é a segunda fase da pesquisa. Trata-se do momento no qual o autor iniciará de fato as atividades de pesquisa propriamente ditas. Nesse momento serão realizadas as leituras dos textos, entrevistas, amostragens, pesquisas de campo, fichamento, estudos de caso e serão colocadas em prática as técnicas

apontadas na metodologia. Michel (2009, p.47) assevera:

A fase de execução da pesquisa consiste no cumprimento e acompanhamento do cronograma proposto, obedecendo-se ao plano de ação estabelecido. Nesta fase, é importante que os dados, informações, opiniões sejam registrados tão logo obtidos, mesmo que de forma provisória e sem formato definido.

Adiante abordar-se-á individualmente algumas das principais técnicas de pesquisa realizadas durante a execução da investigação.

2.2.1 Revisão Bibliográfica

Inicialmente cumpre ressaltar uma distinção existente entre revisão de bibliografia, revisão de literatura e pesquisa bibliográfica.

A revisão bibliográfica é a fase inicial da pesquisa, “[...] busca o levantamento bibliográfico sobre o tema, com o propósito de identificar informações e subsídios para a definição dos objetivos, determinação do problema e definição dos tópicos do referencial teórico”. Consiste, na realidade, nas “leituras iniciais que visam arregimentar informações, entender mais detalhadamente o assunto, para auxiliar na proposição da pesquisa [...]” (MICHEL, 2009, p.40-41).

A ‘revisão de literatura’ é uma modalidade de “[...] trabalho monográfico, cujo propósito é buscar o estado da arte do assunto, aumentar o conhecimento do pesquisador no tema, ou seja, o seu propósito é verificar o estágio teórico em que o assunto se encontra no momento atual, com o propósito de levantar suas novas abordagens, visões, aplicações, atualizações (MICHEL, 2009, p.41).

No que concerne a pesquisa bibliográfica esta consiste na leitura minuciosa do material selecionado e é realizada durante a investigação. Neste momento são lidos apenas os textos selecionados como os mais relevantes

sobre o tema, e a partir dessas leituras faz-se os fichamentos das principais abordagens, argumentos e teorias.

2.2.2 Pesquisa de Campo

Marconi e Lakatos (2003, p.186) destacam que a pesquisa de campo “[...] consiste na observação de fatos e fenômenos como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los”.

Trata-se da coleta de dados do ambiente natural, com o objetivo de observar, criticar a vida real, com base em teoria, para verificar como a teoria estudada se comporta na vida real. Confrontando a teoria na prática, permite responder ao problema e atingir os objetivos (MICHEL, 2009, p.42).

Michel (2009) destaca que este tipo de pesquisa possui elevada importância nas ciências sociais, sendo apropriada para estudos de grupos sociais, comunidades e indivíduos e destina-se prioritariamente a explicar fenômenos e entender realidades.

2.2.3 Fichamento

O fichamento é uma técnica de catalogação das informações mais relevantes obtidas nas pesquisas bibliográficas, por meio de fichas físicas ou eletrônicas, de modo a facilitar a organização e revisão do conteúdo selecionado.

Marconi e Lakatos (2003) alertam que o pesquisador deve transcrever os dados nas fichas com o máximo de exatidão e cuidado, salientando que estas devem ser de fácil manipulação e possuírem um aspecto físico agradável, pois os trabalhos científicos de alta complexidade exigem a utilização de uma grande quantidade de fichas por um período considerável de tempo. Conforme as autoras “[...] a estrutura das fichas, de qualquer tipo, compreende três partes principais: cabeçalho, referência

bibliográfica e corpo ou texto”. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.48-49).

Michel (2009, p.46) destaca a possibilidade de realização de fichamento eletrônico:

O FICHAMENTO É O REGISTRO FORMAL E ORGANIZADO DA PARTE TEÓRICA QUE FOI ESTUDADA PARA SE ENTENDEREM OS DADOS DA PESQUISA EFETIVAMENTE COLETADOS. Sugere-se o uso de arquivos eletrônicos, separados em diretórios distintos, conforme o item. [...] Para que o fichamento cumpra o seu papel de ser uma memória, uma pequena biblioteca de assuntos, colocados de forma resumida, para orientar a pesquisa, é importante considerar as fases da leitura que o precede.

Independentemente da modalidade de fichamento, a organização das fichas é preponderante para o êxito dessa técnica, razão pela qual sugere-se a adoção de um único tamanho para as fichas físicas e fichários específicos, separados por tema, do mesmo modo que as fichas eletrônicas devem ser separadas em pastas organizadas por tema e fase da pesquisa.

2.2.4 Análise e Tabulação dos Dados Obtidos

Os dados obtidos com o emprego das técnicas de pesquisa devem ser analisados sistematicamente e catalogados de modo que possam embasar o raciocínio do autor na exposição do objeto da pesquisa e na resolução do problema proposto.

Michel (2009, p.64) ressalta que “[...] as técnicas mais comuns de coleta de dados são: a análise de documentos da empresa ou grupo social, a observação pessoal, as várias modalidades de entrevista e o questionário. Cada uma dessas técnicas tem uma finalidade, um público específico e agrega, cada uma à sua forma, valor ao processo de análise”.

Os dados obtidos podem ser primários, secundários e terciários. Os dados primários são aqueles obtidos diretamente pelo pesquisador, por meio de “[...] pesquisa de campo, testemunho

oral, depoimentos, entrevistas, questionários, laboratórios, conferências gravadas, etc. Neste caso, deve-se procurar manter absoluta fidelidade às mensagens, opiniões, fatos observados e colocações feitas” (MICHEL, 2009, p.65).

Os dados secundários, por sua vez, são os “[...] coletados através de análise documental, ou seja, em documentos, relatórios, livros, revistas, jornais, sites, etc. Neste caso, deve-se obrigatoriamente, manter a autoria das ideias e falas, através da informação do autor, seja de forma literal ou parafrásica” (MICHEL, 2009, p.65).

Os dados terciários são aqueles “[...] citados por outra pessoa; ao qual não se teve acesso para comprovação ou confirmação (ex.: notas de sala de aula, citações de conferências, palestras, informação fornecida por entrevistados etc.)” (MICHEL, 2009, p.65).

Os dados da pesquisa, invariavelmente são obtidos através de técnicas de observação direta e indireta. Michel (2009) explica esses tipos de técnicas com precisão:

Observação Indireta - Trata-se da obtenção de dados, feita indiretamente; ou seja, não através das pessoas, mas de documentos pessoais ou institucionais, material gráfico, quadros, tabelas, fotografias etc., produzidos por pessoas e/ou instituições constantes da população definida na metodologia proposta para a pesquisa. São, portanto, dados secundários. Os dados são feitos e analisados a partir de leitura e interpretação do material disponibilizado.

Observação Direta Intensiva - A observação direta pode ser intensiva (quando envolve o contato direto com a fonte) ou extensiva (quando esse contato não é essencial na obtenção das informações). Outra forma de se trabalhar com a observação direta na obtenção de dados do campo é através de dados terciários, ou seja, dados relatados por

terceiros, cuja comprovação não pode ser obtida.

A observação direta utiliza dados primários, na medida em que se caracteriza pelo contato direto com as fontes (encontro pessoal, ou análise de documentos produzidos por pessoas definidas, pelas suas características, como elementos da amostra da pesquisa). As respostas são analisadas em função e considerando-se as características definidas para a amostra.

Observação Direta Extensiva - A observação direta extensiva para coleta de dados na pesquisa de campo compreende o questionário, o formulário, e o questionário que utiliza escalas de medida, para medir opinião e atitudes e técnicas mercadológicas. (MICHEL, 2009, p.64; 71).

Após obtidos os dados o pesquisador deve organizá-los de modo coerente com os objetivos e o problema da pesquisa. Apenas os dados essenciais ao raciocínio do pesquisador devem ser apresentados no relatório final, na forma de quadros, gráficos, ilustrações e tabelas.

Marconi e Lakatos (2003) salientam que os dados menos relevantes devem ser mencionados no apêndice, incluindo-se no corpo do texto apenas os de maior relevância para o objeto da pesquisa. As mesmas autoras abordam, ainda, um importante aspecto: a manipulação dos dados para alcançar o resultado previamente almejado pelo pesquisador, indicado na sua hipótese.

É importante lembrar que a função de um relatório não é aliciar o leitor, mas demonstrar as evidências a que se chegou através da pesquisa. Portanto, na seleção do material a ser apresentado (e terá de haver uma seleção), o pesquisador não pode ser dirigido pelo desejo natural de ver confirmadas suas previsões à custa de dados que as refutam. Todos os dados pertinentes e significativos devem ser

apresentados, e se algum resultado for inconclusivo tem de ser apontado (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.231).

Importante mencionar que a formatação dos quadros, gráficos e tabelas inseridos no texto alterna de instituição para instituição, devendo o pesquisador sempre conhecer as regras de normalização do manual de sua instituição de ensino.

2.2.5 Elaboração e Apresentação de Questionários

A elaboração e apresentação de questionários são práticas decorrentes da observação direta extensiva do pesquisador. Exigem comportamento proativo na investigação e devem ser elaborados com cuidado, considerando-se as características do seu público alvo e as circunstâncias em que serão respondidos. Há que se ressaltar a diferença existente entre formulário e questionário.

Conforme ensinamentos de Michel (2009, p.71) “[...] o formulário é um instrumento de coleta de dados constituído de uma lista formal de questões previamente elaboradas e ordenadas voltadas para o propósito da pesquisa. Sua grande característica reside no fato de ser preenchido pelo pesquisador, preferencialmente na presença do pesquisado”.

No formulário, o pesquisador faz as perguntas, esclarece dúvidas, e registra, ele mesmo, as respostas, após criticá-las e adequá-las aos objetivos da pesquisa. [...] Corresse, com este instrumento, menor risco de ser mal interpretado ou preenchido por outra pessoa, além de possibilitar maior consistência das respostas (MICHEL, 2009, p.71).

O questionário se refere a “[...] um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Geralmente o pesquisador envia o questionário por correio aos informantes que o preenchem e reenviam ao pesquisador. Marconi e Lakatos asseveram que “[...] o questionário deve ser limitado em extensão e em finalidade. Se for muito longo, causa fadiga e desinteresse; se curto demais, corre o risco de não oferecer suficientes informações” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.203).

Deve conter de 20 a 30 perguntas e demorar cerca de 30 minutos para ser respondido. É claro que este número não é fixo: varia de acordo com o tipo de pesquisa e dos informantes. O aspecto material e a estética também devem ser observados: tamanho, facilidade de manipulação, espaço suficiente para as respostas, a disposição dos itens, de forma a facilitar a computação dos dados. Quanto ao vocabulário, as perguntas devem ser formuladas de maneira clara, objetiva, precisa, em linguagem acessível ou usual do informante, para serem entendidas com facilidade. Perguntas ambíguas, que impliquem ou insinuem respostas, ou que induzam a inferências ou generalizações, não podem constar (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.203).

Os questionários e formulários preenchidos devem embasar a elaboração de gráficos, tabelas e quadros, mas não serão mencionados no corpo do texto, devendo-se todos eles serem inclusos no apêndice do trabalho para permitir aos leitores e demais pesquisadores a conferência da pertinência do resultado e dos dados apontados na pesquisa.

2.3 Redação do Relatório Final

O relatório final de um trabalho científico é o texto final resultante da investigação, e deve ser redigido em linguagem formal, obedecendo as regras gramaticais do idioma em que for escrito e, também, as regras de normalização da ABNT (no caso do Brasil) e dos manuais de

normalização das instituições de ensino em que será apresentado.

Trata-se de um documento que deve expor em ordem cronológica adequada e com coesão os argumentos do pesquisador na testagem das hipóteses e na resolução do problema. Para tanto, conforme explicam Gustin e Dias (2009, p.181), pode ser conveniente elaborar anteriormente a sua redação “[...] um plano de desenvolvimento da argumentação e do caminho crítico a ser percorrido”.

No relatório final serão expostos os dados obtidos na investigação concernentes ao alcance do objetivo geral e dos objetivos específicos. Tais dados devem vir expostos conjuntamente com os argumentos destinados a satisfazer as metas traçadas no projeto de pesquisa, devendo ser contextualizados com a testagem da hipótese e a resolução do problema. Não serão todos os dados obtidos na investigação que serão mencionados no relatório final, visto que nem todas as informações levantadas são essenciais ou mesmo relevantes para o raciocínio e a argumentação do pesquisador.

Há que se destacar que a exposição discursiva da argumentação deve ser coerente com os elementos do projeto de pesquisa, e ter como características precípuas a clareza, objetividade e precisão de linguagem (GUSTIN; DIAS, 2009).

Para que isso ocorra é importante uma revisão do texto final com relação a seu estilo, vocabulário, correções gramaticais, símbolos, abreviações, citações, etc. Isso requer consultas constantes ao orientador e, se necessário, a colegas ou profissionais da área de linguagem e de normalização para sanar dúvidas não solucionadas por meio dos demais expedientes (GUSTIN; DIAS, 2009, p.182).

Recomenda-se sejam evitadas frases longas e parágrafos muito extensos na redação do texto, assim como a repetição

de palavras e um linguajar sofista. Tais praxes podem tornar alguns trechos obscuros e dificultar a exposição coerente do argumento do autor.

O uso exclusivo de citações dos mesmos autores e o uso excessivo de citações diretas também deve ser evitado, porque demonstram restrição na profundidade da pesquisa e produzem uma segmentação do texto que dificulta a leitura e interrompem a apresentação do raciocínio ou argumento. É desejável que se privilegie citações indiretas em detrimento das diretas.

Outra praxe que não deve ser admitida é a adjetivação aos autores citados, devendo o pesquisador se ater aos argumentos e teorias destes e não a características pessoais ou seu êxito na vida acadêmica.

A redação científica exige sempre que possível a terceira pessoa impessoal, por exemplo: conclui-se, destaca-se, salienta-se, ressalta-se, mas deve-se mencionar a opinião de Gustin e Dias (2009, p.183) no sentido de que a adoção desta técnica de redação não é uma regra obrigatória, mas “[...] apenas uma indicação estética para a linguagem preferencial de relatórios científicos”.

Não há um número pré-determinado de páginas para os trabalhos acadêmicos, porque a extensão do texto pode variar de acordo com a abordagem e o tipo de pesquisa realizada. Não obstante os capítulos não podem ser muito curtos, devendo as seções numeradas guardar uma certa proporção, pois as seções secundárias, terciárias, quaternárias e quinárias são especificações, devendo por isso, via de regra, ser mais incisivas e sucintas quanto ao seu conteúdo.

Por fim, deve-se salientar que as seções primárias devem sempre iniciar-se nas páginas ímpares e é inadmissível a utilização de dois tipos de sistema de chamada de citação num mesmo trabalho, devendo o pesquisador optar por uma modalidade e se restringir a ela ao longo de todo o texto.

2.3.1 Escolha do Sumário

A escolha do sumário é um momento crucial da pesquisa e deve ser realizada invariavelmente em conjunto com o orientador. Nesse momento o pesquisador estabelecerá um roteiro da exposição das informações e fatos que, de modo coeso e coerente possibilitarão o alcance da resposta ao problema proposto.

O sumário prévio elaborado com o auxílio do orientador direcionará a investigação do pesquisador auxiliando inclusive na escolha da metodologia e na adoção apropriada das diversas técnicas de pesquisa. No plano fático o sumário sofrerá diversas alterações ao decorrer da pesquisa, pois informações novas e até então não cogitadas surgirão, levando a novos questionamentos e proposições que poderão influenciar diretamente na resolução do problema.

A versão final do sumário, concernente ao relatório final não raras vezes será consideravelmente diferente do sumário prévio, o que não gera qualquer desmerecimento à pesquisa. É importante lembrar também aqui que nenhuma seção numerada constante no sumário final pode permanecer sem texto a ela pertinente, conforme determinado expressamente pela NBR 6024, tratando-se caso isso ocorra de um equívoco considerável cometido pelo pesquisador. A apresentação do sumário deve respeitar as normas da ABNT, principalmente NBR 6024, devendo salientar a limitação das seções numeradas até a seção quinária.

2.3.2 Redação dos Capítulos

Os capítulos do relatório de pesquisa se destinam a apresentar e contextualizar o problema, expor os dados obtidos na investigação demonstrando o alcance ou não dos objetivos geral e específico estabelecidos no projeto, relatar a testagem das hipóteses e apontar o raciocínio utilizado na resolução do problema expondo os argumentos adotados para tanto. Não obstante, além dos capítulos que compõe o que se convencionou denominar de ‘desenvolvimento’ o relatório final

também deve conter uma introdução (geralmente a primeira seção primária) e uma conclusão, que será invariavelmente a última seção numerada.

As normas relativas a redação da introdução e da conclusão serão expostas nas seções posteriores, cabendo aqui salientar algumas praxes específicas da redação dos capítulos do 'desenvolvimento'. Inicialmente cumpre destacar não ser recomendável iniciar e concluir capítulos com citações diretas, pois designa uma ausência de capacidade de contextualização e argumentação do pesquisador sobre o tema em análise. Não é permitida também a existência de seções numeradas sem texto a ela relativos, conforme disposto no item 3.7 da NBR 6027, que determina que "[...] todas as seções devem conter um texto relacionado com elas" (ABNT, 2003).

As ilustrações e figuras devem ser alocadas o mais próximo possível do texto a elas pertinente, sendo recomendável a abstenção dos termos 'abaixo' e 'acima', pois ao final da formatação do trabalho pode ser que estas se desloquem para as páginas anteriores ou seguintes, razão pela qual é indicável o uso dos termos 'retrocitadas', 'adiante' ou das expressões 'a seguir', 'anteriormente mencionadas', entre outras.

2.3.3 Redação da Conclusão

A conclusão é o elemento derradeiro do relatório de pesquisa, destinado a apresentação dos resultados alcançados e da exposição do cenário relativo à resolução do problema.

Nesse momento, devem ser expostos quais objetivos foram alcançados e se algum não o foi, o motivo de não ter sido atingido. Em resumo é o elemento dedicado a exposição da resposta do problema, com a devida demonstração do raciocínio e dos argumentos que fundamentaram esta resposta, e as ressalvas com relação a eventuais inconclusões ou novas abordagens suscitadas no curso da investigação.

Markoni e Lakatos (2003, p.232) asseveram que a conclusão entre outros

fatores deve "[...] evidenciar as conquistas alcançadas com o estudo; indicar as limitações e as reconsiderações; e apontar a relação entre os fatos verificados e a teoria".

Por sua vez, Gustin e Dias (2009, p.181) sustentam que este tópico "[...] deve restabelecer os raciocínios mais relevantes que foram expostos nos vários capítulos ou seções do relatório", tomando-se a devida precaução para que tais raciocínios não extrapolem os dados e resultados da investigação. Tal precaução resulta do fato de que a conclusão não pode inovar com relação aos capítulos anteriores do relatório, devendo se ater apenas ao que fora exposto no trabalho. As autoras ressalvam ainda ser natural "[...] que a pesquisa não esgote o teste da hipótese, e a investigação do problema posto inicialmente", cabendo ao pesquisador na conclusão "[...] apontar esses vazios e as formas plurais de preenchê-los" (GUSTIN; DIAS, 2009, p.181).

No mesmo sentido, Michel (2009, p.151) menciona que este é o momento para realizar proposições de novos estudos, sugestões, críticas, mas deve obrigatoriamente retomar o problema, os objetivos, as hipóteses "[...] ressaltando claramente se foram, um a um, respondidos, alcançados".

Na conclusão assim como na introdução não é recomendável o uso de citações, afinal trata-se de um texto eminentemente autoral, visto que expõe os principais raciocínios e argumentos do pesquisador para a resolução do problema e os resultados por ele obtidos através da adoção das técnicas de pesquisa e da testagem das hipóteses.

2.3.4 Redação da Introdução e do Resumo

A introdução dos trabalhos acadêmicos é um texto técnico diferente das introduções de textos literários, pois possui requisitos essenciais para sua elaboração. Conforme exposto na NBR 14.724/2005 é a "[...] parte inicial do texto, onde devem constar a delimitação

do assunto tratado, objetivos da pesquisa e outros elementos necessários para situar ao tema do trabalho” (ABNT, 2005).

Muitos autores denominam esse elemento de introdução teórico-metodológica, visto que na introdução devem ser mencionados o problema, as hipóteses, os objetivos, geral e específicos, a justificativa, metodologia e marco teórico da pesquisa. Michel (2009) de maneira mais incisiva explica a estrutura da introdução:

A introdução é o espaço do autor do trabalho; momento em que ele apresenta o tema, seu interesse, justificativas e objetivos. Sua função é fornecer ao leitor informações bastantes e esclarecedoras sobre o que será feito no trabalho, como e porque será feito, criando uma visão global e permitindo o acompanhamento e entendimento do estudo. Evita o tratamento abrupto do tema, subsidiando o leitor das informações necessárias à compreensão do que será discutido, levando-o, inclusive, a decidir pela sua leitura ou não (MICHEL, 2009, p.117).

Trata-se de um elemento obrigatório de todos os relatórios finais de pesquisa, antecedente aos capítulos do desenvolvimento, razão pela qual geralmente é a seção primária inicial (primeiro capítulo) do relatório final. É recomendável que não sejam inseridas citações na introdução, pois trata-se de um texto eminentemente autoral do pesquisador, no qual ele descreve os principais aspectos metodológicos da pesquisa e faz uma breve exposição dos capítulos seguintes.

É importante salientar que a introdução nunca deve conter o resultado ou a conclusão alcançada pela pesquisa, eis que seu objetivo é expor os principais aspectos estruturantes da pesquisa e de modo breve os assuntos tratados nos capítulos posteriores, e não antecipar os resultados da investigação, os quais devem ser mencionados apenas na conclusão

(sempre última seção primária - último capítulo).

No que tange ao resumo este deve conter uma versão na língua pátria e uma em língua estrangeira, geralmente inglês, espanhol, francês, italiano ou alemão. O resumo possui limitação de caracteres, sendo no caso de trabalhos acadêmicos como teses, dissertações e monografias, de 150 a 500 palavras (ABNT, 2003c).

Este elemento do relatório de pesquisa é regulamentado pela NBR 6028, também não deve conter citações. Possui como elementos essenciais de sua estrutura a exposição sucinta do problema, hipóteses, objetivos, justificativa, metodologia e resultado.

Importa salientar que o resumo “[...] deve ser redigido preferencialmente em parágrafo único, utilizando-se o verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular, compondo-se de frases concisas e afirmativas que demonstrem com clareza os seus elementos obrigatórios” (ALVES, 2016, p.115; 116).

Nota-se que ao contrário da introdução o resumo pode conter uma breve exposição do resultado, pois este texto deve servir para os pesquisadores analisarem a viabilidade da utilização daquele trabalho como fonte de pesquisa.

2.3.5 Elaboração dos Elementos Pré-Textuais

Conforme a NBR 15.287 os elementos pré-textuais são as “[...] partes que antecedem o texto com informações que ajudam na identificação e utilização do trabalho” (ABNT, 2011). Estes elementos podem ser de elaboração obrigatória ou facultativa, devendo-se destacar que são obrigatórios apenas a capa, a folha de rosto e o sumário. Os demais elementos pré-textuais, como epígrafe, agradecimentos, listas (abreviações, ilustrações, tabelas, símbolos, figuras) são facultativos.

2.3.5.1 Elementos Pré-Textuais Obrigatórios

No que tange aos elementos pré-textuais obrigatórios a capa é a “[...]”

proteção externa do trabalho e sobre a qual se imprimem as informações indispensáveis à sua identificação” (ABNT, 2005). Trata-se de uma página obrigatória que não é computada nem numerada e tem como elementos obrigatórios o nome e logomarca da instituição na qual foi desenvolvido o trabalho, o seu título e eventual subtítulo, o nome do autor da pesquisa e a cidade da instituição de ensino, sucedida do ano em que é realizado o depósito e a apresentação.

A folha de rosto por sua vez é a “[...] folha que contém os elementos essenciais à identificação do trabalho” (ABNT, 2005). Trata-se de um elemento que contém praticamente os mesmos componentes da capa, alterando-se apenas o nome e a logomarca da instituição de ensino pelo nome do autor e inserindo-se um pequeno parágrafo alinhado à direita abaixo do título para informar a finalidade do trabalho. Também é a partir da folha de rosto que se inicia a contagem das páginas do trabalho, mas ainda não se insere o seu respectivo número, o que somente ocorrerá a partir da introdução.

Em relação ao sumário, este já foi abordado anteriormente, tratando-se da “[...] enumeração das principais divisões, seções e outras partes do trabalho, na mesma ordem e grafia em que a matéria nele se sucede” (ABNT, 2005).

Cumprido salientar a existência de um elemento pré-textual obrigatório eventual, qual seja: a folha de aprovação. Trata-se da “[...] folha que contém os elementos essenciais à aprovação do trabalho”. Seu caráter eventual decorre de que é imprescindível apenas aos trabalhos científicos destinados a obtenção de grau acadêmico (ABNT, 2005).

2.3.5.2 Elementos Pré-Textuais Facultativos

São elementos pré-textuais facultativos a epígrafe, a dedicatória, os agradecimentos e as listas.

Epígrafe é o “[...] texto em que o autor apresenta uma citação, seguida de

indicação de autoria, relacionada com a matéria tratada no corpo do trabalho” (ABNT, 2011).

A dedicatória e os agradecimentos não raras vezes são confundidos. A primeira trata-se do “[...] texto em que o autor presta homenagem ou dedica seu trabalho”, enquanto a segunda é o texto em que o autor faz agradecimentos dirigidos àqueles que contribuíram de maneira relevante à elaboração do trabalho (ABNT, 2011).

As listas por sua vez, sejam elas de abreviaturas, símbolos, ilustrações, tabelas ou outras também são opcionais, mas indicáveis para os trabalhos que contem com muitas siglas ou abreviações no corpo do texto, e nos quais as informações expostas nos gráficos e tabelas tenham preponderância para a fundamentação do resultado obtido.

2.3.6 Elaboração dos Elementos Pós-Textuais

O relatório final de uma pesquisa, assim como o seu projeto contam com elementos pré-textuais, textuais e pós textuais. Estes elementos se situam, no relatório final, sempre após a conclusão e no projeto de pesquisa após a sua última seção, geralmente o cronograma ou o orçamento.

Os elementos pós-textuais podem ser obrigatórios ou facultativos, por esta razão abordar-se-á a seguir cada uma dessas duas modalidades separadamente, por razões didáticas.

2.3.6.1 Elemento Pós-Textual Obrigatório

As referências são o único elemento pós-textual obrigatório de um projeto ou relatório final de pesquisa. No presente artigo não serão abordados os aspectos de normalização das referências, visto não ser este o objetivo proposto. A análise se aterá aos seus aspectos teóricos.

Trata-se de um elemento de suma importância, pois permite aos avaliadores e demais pesquisadores leitores que identifiquem as fontes das citações e informações mencionadas pelo autor do texto, e possam assim conferir sua

veracidade ou mesmo aprofundar a investigação. A ABNT dedica uma norma exclusivamente a regulamentação das referências, sendo esta a NBR 6023.

A referida norma conceitua referência como o “Conjunto padronizado de elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação individual”. Tal definição trata não do elemento pós-textual ‘referências’, mas sim do que é uma referência individualmente, seja esta a de um livro, artigo ou qualquer outra fonte de pesquisa.

Michel (2009) disserta que as referências são um elemento obrigatório, consistente em uma lista das obras mencionadas no corpo dos trabalhos acadêmicos ou em notas de rodapé que têm como finalidade demonstrar ao leitor a base de leitura e referência utilizada para a execução do trabalho. O elemento pós-textual ‘referências’ é formado por uma multiplicidade de referências individuais a fontes de pesquisa (livros, artigos, monografias, leis, jurisprudências, teses), sendo estas, consideradas individualmente, “[...] uma lista de elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação” (MICHEL, 2009, p.170).

Nas referências devem constar todas as obras citadas no corpo do texto ou em notas de rodapé, mas tão somente estas, sendo vedada a inserção de obras não efetivamente lidas e aproveitadas para a redação do trabalho.

É importante ressaltar que podem ser citadas todos os tipos de fontes de pesquisa, sejam elas físicas ou virtuais, devendo-se apenas tomar o devido cuidado na observância das regras da ABNT para a formatação das referências das diversas modalidades de documentos.

2.3.6.2 Elementos Pós-Textuais Facultativos

Dentre os elementos pós-textuais facultativos destacam-se o glossário, o apêndice e o anexo, os quais serão analisados individualmente adiante.

2.3.6.2.1 Glossário

O glossário é um elemento consistente numa lista de palavras com seus respectivos significados que visa informar ao leitor o conceito de termos não usuais no cotidiano, geralmente bem específicos do linguajar de algumas profissões ou área de estudo.

A NBR 14.724 o define como uma “[...] relação de palavras ou expressões técnicas de uso restrito ou de sentido obscuro, utilizadas no texto, acompanhadas das respectivas definições” (ABNT, 2005). Michel (2009, p.179) assevera que o glossário deve vir em ordem alfabética, podendo-se entendê-lo como sendo “[...] um dicionário dos termos técnicos específicos do tema abordado”.

Trata-se de um elemento indicado apenas para aqueles trabalhos em que foram empregados no texto uma considerável gama de termos que em função de sua especificidade são desconhecidos da população em geral.

2.3.6.2.2 Apêndice

O apêndice é um elemento pós-textual facultativo consistente em uma lista de documentos comprobatórios dos dados apresentados no texto. Trata-se de um conjunto de documentos que foram elaborados pelo pesquisador durante a execução da investigação e utilizados para fundamentar informações mencionadas no corpo do texto. Um exemplo de documento comumente constante em anexos são os modelos de formulários e questionários aplicados durante a pesquisa de campo.

Tabelas, gráficos, fotos e mapas são outros exemplos de documentos que em determinados tipos de pesquisa são usualmente elaborados pelo pesquisador a partir das informações obtidas na pesquisa de campo que são inseridos no apêndice.

Trata-se de um elemento mais indicado quando há pesquisa de campo, não obstante nada impeça que seja pertinente em outros tipos de pesquisa, até mesmo as revisões de literatura.

2.3.6.2.3 Anexos

Os anexos assim como o apêndice são um elemento pós-textual facultativo consistente em uma lista de documentos comprobatórios dos dados apresentados no texto, mas nesse caso elaborados por terceiros.

A pertinência da opção por sua elaboração irá decorrer da relevância e especificidade dos dados contidos nos documentos eleitos para compô-lo, e principalmente da importância da veracidade desses dados para a resolução do problema proposto e alcance dos resultados obtidos.

2.3.7 Revisão Metodológica

O relatório de pesquisa conforme já mencionado deve ser escrito em linguagem formal, sem o uso excessivo de sofismas, mas com pleno respeito as regras da linguagem culta, e também deve ser redigido respeitando-se as regras de formatação estabelecidas pela ABNT e pelos manuais de normalização das instituições de ensino.

Trabalhos científicos/acadêmicos de alta complexidade, como dissertações e teses exigem ampla observância às regras de metodologia e normalização, e sempre que possível devem passar por uma revisão metodológica do texto após serem concluídos e antes do depósito para a banca.

Não há problema que essa revisão ocorra por profissional especializado em metodologia, afinal o revisor não irá alterar o conteúdo da pesquisa, modificar os raciocínios do pesquisador ou a estrutura dos capítulos, mas tão somente irá corrigir erros de formatação e apontar equívocos na elaboração do conteúdo de alguns elementos do relatório final, caso existam.

2.3.8 Revisão Ortográfica

A linguagem adotada na redação dos textos científicos, principalmente nos trabalhos acadêmicos de alta complexidade, exige rigorosa observância as normas do português formal. Erros graves como de ortográfica e concordância

verbal devem ser evitados ao máximo, assim como os de digitação e acentuação.

Trechos desconexos e inconclusivos, equívocos com relação ao significado de palavras também não são aceitáveis nestas modalidades de pesquisa razão pela qual é sugerível que o pesquisador ao terminar seu relatório final, faça uma revisão ortográfica com um professor de português.

Este profissional irá corrigir os erros de concordância, acentuação, digitação e ortografia e apontar as irregularidades sanáveis na estrutura do texto, como parágrafos e frases longas que tornam trechos confusos, uso de linguagem sofista que dificulta a compreensão do raciocínio exposto, entre outros, indicando alternativas de redação ao pesquisador, que irá refazer os trechos obscuros com linguagem precisa, apta a ofertar a clareza e objetividade que este tipo de trabalho requer.

3 A NECESSIDADE DE COESÃO ENTRE OS ELEMENTOS ESSENCIAIS DO PROJETO DE PESQUISA

O conhecimento científico é produzido através da aplicação racional de uma série de métodos acerca de um objeto de estudo. A aplicação desses métodos cria premissas, identifica dados, testa hipóteses, constata a existência de variáveis e lacunas no processo de produção do conhecimento, entre outros fatores de suma importância para a criação de um conhecimento que visa a universalidade.

O caráter excessivamente metódico da produção do conhecimento científico se justifica porque trata-se de um conhecimento que pleiteia ser universal e guarda grande responsabilidade com a realidade palpável. Ocorre que para que o transcurso da pesquisa se dê de modo que os métodos sejam aplicados numa cronologia adequada e os conhecimentos básicos para a formulação das premissas ocorram paulatinamente no curso da investigação é de suma importância que os elementos do projeto de pesquisa guardem grande coesão entre si.

O ‘problema’, principal elemento da pesquisa necessariamente deve dar origem às hipóteses e suas respectivas variáveis, as quais terão os dados e conhecimentos necessários para sua verificação produzidos através do alcance das metas traçadas nos objetivos geral e específicos.

A metodologia, por sua vez, deve ser planejada de acordo com o tipo de dados que se pretende obter nos objetivos e com o modelo de testagem da hipótese, a fim de possibilitar a resolução do problema. Por exemplo numa pesquisa jurídico-sociológica que visa identificar a eficácia de uma norma recente, a aplicação de questionários, formulários, e pesquisa de campo nas delegacias e no poder judiciário serão extremamente relevantes, ao passo que numa pesquisa jurídico-teórica, que visa analisar a maior adequação de um tipo de teoria dos princípios à ordem constitucional pátria, a pesquisa de campo mostra-se dispensável.

Um projeto de pesquisa com elementos coesos consubstanciará num roteiro valioso de pesquisa, o qual se seguido adequadamente pelo pesquisador permitirá a produção de conhecimentos e dados fundamentais para formular as premissas basilares do raciocínio que será adotado para resolver o problema proposto e atingir um resultado satisfatório, produzindo um conhecimento confiável, fundado em critérios como imparcialidade, universalidade e responsabilidade metodológica.

3.1A Conclusão como Elemento Fulcral de Exposição do Conhecimento Científico Produzido

A conclusão deve ser o antepenúltimo elemento a ser elaborado pelo pesquisador, antecedendo apenas o resumo e a introdução. O conhecimento produzido pela pesquisa realizada deve ser exposto ao longo de todo o desenvolvimento do relatório final, mas é na conclusão que será concentrado e exposto de maneira mais criteriosa e objetiva ao leitor.

Ao ler a introdução o leitor deve ser capaz de identificar a resposta para o

problema proposto e as análises realizadas na testagem das hipóteses, inclusive considerando as variáveis identificadas. Deve se fazer menção também ao alcance dos objetivos propostos, esclarecendo quais foram alcançados e de que modo, e justificando porque alguns não puderam ser atingidos. Não é um erro grave não alcançar todos os objetivos do projeto de pesquisa, mas sim omitir o fato de que não foram alcançados.

A conclusão, portanto, é o elemento fulcral dentro do relatório de pesquisa, de exposição do conhecimento produzido e do roteiro realizado para sua produção. Por esse motivo, pode e deve também conter sugestões para novas abordagens do problema, expor lacunas encontradas acerca do estado da arte, e as dificuldades encontradas na aplicação da metodologia.

Ao elaborar a conclusão é importante que o pesquisador considere todos os elementos do projeto de pesquisa, porque assim minimizará o risco de ser omissivo, vago, desconexo ou até mesmo inconclusivo ao finalizar seu trabalho.

4 CONCLUSÃO

O presente artigo versa sobre a elaboração de pesquisas científicas e suas respectivas fases, realizando um paralelo com a aplicação adequada da metodologia ao longo da investigação.

Fez-se também uma exposição sucinta da estrutura dos projetos de pesquisa e relatórios finais, visando possibilitar aos leitores conhecimentos básicos acerca dessas modalidades de textos científicos.

Trata-se em suma de um estudo que almeja produzir conhecimentos nos leitores que facilitem a realização de suas próprias pesquisas, e que acabou por alcançar duas conclusões, quais sejam: a) é imprescindível para a adequada produção de um conhecimento científico confiável, que os elementos do projeto de pesquisa guardem considerável coesão entre si; e b) a conclusão do relatório final de pesquisa é o elemento fulcral de

exposição do conhecimento científico produzido e deve ser elaborada considerando-se todos os elementos do projeto de pesquisa, expondo as eventuais falhas e lacunas existentes na pesquisa, as dificuldades encontradas na aplicação da metodologia e sugerindo novas abordagens sobre o tema a serem realizadas por futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Henrique Rosmaninho. A morfologia do resumo e da introdução nos trabalhos científicos em consonância com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Revista Diálogos Acadêmicos**, Fortaleza, v.5, n.2, p.114-120, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://revista.fametro.com.br/index.php/RDA/article/view/126/140>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

ABNT. **NBR 6023**: informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ABNT. **NBR 6024**: informação e documentação - numeração progressiva das seções de um documento escrito apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003a.

ABNT. **NBR 6027**: informação e documentação - sumário - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003b.

ABNT. **NBR 6028**: informação e documentação - resumo - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003c.

ABNT. **NBR 14.724**: informação e documentação - trabalhos acadêmicos - apresentação. 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ABNT. **NBR 14.724**: informação e documentação - trabalhos acadêmicos - apresentação. 3 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ABNT. **NBR 15.287**: informação e documentação – projeto de pesquisa – apresentação. 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(RE)Pensando a pesquisa jurídica**: teoria e prática. 4.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em Ciências Sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FAPEMIG. **Manual da FAPEMIG**. Belo Horizonte, 2015.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Sistema integrado de bibliotecas. **Orientações para a elaboração de trabalhos técnicos científicos conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**. 2.ed. Belo Horizonte, 2016.

Henrique Rosmaninho Alves
Instituto Minas de Educação e Cultura
Escola Superior Dom Helder Câmara
E-Mail: henriquerosmaninho@costaerosmaninho.com.br
Brasil